

XVII

Espaço Comum de Organizações

A quarta parte do nosso livro foi dedicada a apresentar algumas ferramentas teóricas e práticas que podem auxiliar os comunistas na investigação e na composição das lutas políticas contemporâneas – o que culminou, no capítulo passado, em uma discussão das investigações comunistas. A investigação, em todas as suas diferentes formas, serve para que o conteúdo da teoria, da prática e estratégia revolucionária não seja derivado de uma análise abstrata das tendências do capitalismo, mas elaborado a partir do que diferentes frentes de luta concretas pensam sobre a organização capitalista contemporânea, a partir de seus desafios e objetivos políticos, sem que se perca, por isso, o horizonte de transformação estrutural da sociedade capitalista. Toda nossa teoria foi construída para que seja possível moldá-la e acomodar maneiras muito diferentes de fazer política, de organizar conflitos e lutas, de avaliar nossos inimigos e imaginar o futuro. É por isso que, como vimos, a investigação não pode ser um processo de observação distante: investigar envolve o engajamento com práticas e organizações, a construção de alianças e articulações concretas, pois é impossível adotar um ponto de vista comunista se não houver nada de concreto em comum entre as lutas – e as investigações comunistas servem para destacar, fazer prevalecer e representar o que existe de comum na política revolucionária.

Mas a descrição dos diferentes tipos de investigação – pontual, processual, compositiva e formativa – permanece uma contribuição teórica. Trata-se de uma teoria abstrata de alguns dos meios pelos quais podemos dar concretude para às nossas análises e para os desafios práticos que decorrem delas. O que faremos neste capítulo é dar um último passo na direção do concreto, compartilhando a história de uma organização política particular, chamada *Espaço Comum de Organizações*, ou “ECO”. Com isso adotamos uma perspectiva bem mais situada – e convidamos os leitores a exercitar o ponto de vista contraditório que conecta esse pequeno experimento ao movimento mais amplo ao qual pertencemos.

Antecedentes

Apresentaremos, compartilhando alguns detalhes, o percurso do ECO ao longo de sua curta existência, de um pouco mais de dois anos de atividades. Nossa expectativa é que a descrição de como esse coletivo foi criado e se transformou ao longo do tempo – o que influenciou profundamente na maneira como concebemos as ideias deste livro – sirva de exemplo para outros militantes interessados em dar continuidade a esse tipo de atuação, seja em suas inserções políticas, seja criando dispositivos similares ou mesmo se articulando diretamente conosco. No entanto, para facilitar a distinção entre o que há de contingente e particular em nossa experiência daquilo que poderia efetivamente constituir um experimento comunista de valor mais geral, vale a pena nos determos rapidamente na história que antecede a formação do coletivo.

O Espaço Comum de Organizações é, na verdade, fruto de mais de uma década de mobilizações políticas e reflexões intelectuais desenvolvidas por mais de uma centena de militantes pelo mundo. Sua história está diretamente ligada a um coletivo fundado no Rio de Janeiro em 2011, chamado Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia (CEII), bem como a uma rede internacional de pesquisadores comunistas que se reúne desde 2016 sob o nome de Subconjunto de Prática Teórica (SPT).

Nos quase dez anos em que esteve em operação, o CEII reuniu militantes de diversas cidades do Brasil – contando também com um grupo internacional – com o objetivo de investigar, a partir da experiência de diferentes organizações e orientações políticas, se existiam problemas comuns que atravessavam as divisões ideológicas das esquerdas. Utilizando uma metodologia inspirada na psicanálise, o coletivo se reunia para discutir diferentes experiências políticas e tentava reconhecer padrões e impasses que se repetiam em situações diversas. Com base nessas análises, grupos se formavam – “subconjuntos” – para pensar novas soluções coletivas para essas dificuldades, que o CEII então partilhava com outras

organizações políticas interessadas. À medida em que o coletivo cresceu, alguns membros do Círculo sentiram necessidade de criar um espaço de sistematização teórica da prática de articulação e análise que a organização vinha desenvolvendo. Foi assim que surgiu o Subconjunto de Prática Teórica – que era originalmente um “subconjunto” dessa organização maior. Em 2021, após alguns anos de dificuldade em dar continuidade à sua proposta, o CEII avaliou que sua maneira de atuar não encontrava mais tração no ambiente social e político a que tinha acesso e decidiu encerrar suas atividades. O SPT, grupo de pesquisa fundado dentro do Círculo, resolveu continuar operando mesmo assim e abriu suas portas para militantes e intelectuais advindos de outros processos políticos e lugares no mundo.

O CEII já reunia militantes que atuavam em frentes muito diversas – sindicatos, coletivos anarquistas, partidos comunistas e socialistas, movimentos sociais etc – mas quando o SPT se tornou autônomo esse escopo se ampliou ainda mais. Militantes envolvidos com muitas lutas, muitas delas informais, sem núcleos organizativos fixos, tanto no Brasil quanto em outros países, se aproximam do SPT em busca de meios para elaborar suas experiências políticas e tentar extrair lições para lutas futuras. Desse longo trabalho coletivo – que envolveu tanto revisitar processos políticos, comparar diferentes conjunturas e seus desafios particulares, quanto uma síntese interdisciplinar bastante complexa – consolidaram-se as bases da teoria que apresentamos ao longo deste livro.

No entanto, à medida em que o SPT foi elaborando e formalizando essa nova abordagem, passou também a ser procurado não mais por militantes de lutas progressas ou em refluxo, mas por organizações políticas ativas, interessadas na possibilidade de que as ferramentas elaboradas pelo SPT pudessem auxiliar com impasses e desafios ainda em aberto. Confrontados com essa demanda, alguns membros do Subconjunto concluíram que seria impossível contribuirmos de maneira efetiva para essas lutas com a estrutura existentes naquele momento, já que operávamos basicamente como um grupo de pesquisa internacional que se reunia virtualmente. Essa conclusão encontra respaldo em nossa teoria: um grupo de pesquisa online é organizado de uma certa forma – e, portanto, só consegue

interagir efetivamente com um tipo muito restrito de ambiente social, além de não ser capaz de perceber muito do que está à sua volta. Reuniões online nos obrigam a reduzir o que se passa nas lutas a relatos distantes, e as pessoas no SPT, espalhadas pelo mundo, muitas vezes não partilhavam nem da experiência mínima daqueles contextos sociais específicos, o que tornava a nossa capacidade de perceber o que era politicamente relevante para essas organizações ainda mais reduzida. Por fim, as reuniões virtuais tendem a ser encontros de custo muito baixo para quem participa – basta ligar o computador e coordenar um horário – e isso impede que estruturas sociais e políticas concretas se façam mais presentes nessas reuniões, seja na forma de obstáculos, ou de oportunidades de ação conjunta. Em outras palavras, as condições básicas para realizar até mesmo para a investigação pontual mais simples não são tão acessíveis nesse formato.

Essa foi a motivação principal para a criação de um novo coletivo, o Espaço Comum de Organizações, no segundo semestre de 2023. Nosso objetivo, naquele momento inicial, era colocar à prova o trabalho teórico que vínhamos desenvolvendo no SPT, tanto através da apresentação didática dos conceitos quanto de encontros frequentes com militantes de diferentes organizações políticas.

Novembro, 2023

O Espaço Comum de Organizações começou a se reunir semanalmente, no centro do Rio de Janeiro, a partir de novembro de 2023. Suas reuniões eram abertas para o público e se dividiam em três tipos, formando um ciclo mais ou menos regular: seminários teóricos, onde pretendíamos debater o saldo teórico acumulado do SPT; “enquetes militantes”, termo que chamávamos inicialmente para designar entrevistas pontuais com militantes de diferentes organizações políticas; e elaborações coletivas, encontros dedicados ao debate com o público sobre como as experiências políticas que escutávamos se relacionavam com os conceitos nos seminários. Ao mesmo tempo, fazíamos um esforço para que as organizações que participavam das enquetes retornassem às reuniões posteriores para nos ajudar

nas entrevistas de outros movimentos. Nossa intenção, ainda muito rudimentar, era que esse processo pudesse, por um lado, influenciar na formação desses militantes – pois eles teriam acesso às discussões sobre os problemas concretos de outras organizações – e, por outro, influenciar na forma das próprias enquetes – pois mudava a composição política das entrevistas e, portanto, o tipo de interação possível. Acreditávamos também que essa costura entre militantes poderia vir a produzir novas articulações entre as próprias organizações convidadas.

Do ponto de vista organizacional que construímos ao longo deste livro, podemos dizer que a ideia política que originou o ECO não surgiu da realidade material do próprio coletivo, mas de traços que o SPT recolheu, ao longo dos anos, da “caixa preta” de muitas lutas dispersas no Brasil e outros lugares, através dos relatos e análises dos militantes e intelectuais que se reuniam ali. Talvez pudéssemos condensar o princípio político formulado a partir dessa realidade material da seguinte forma: *os fracassos particulares das lutas podem se tornar um material comum para essas mesmas lutas*. Como toda ideia política, há aí um componente de recusa – o que denominamos de “negação anti-social” – isto é, uma rejeição em tratar as histórias e experiências de diferentes processos políticos como meros casos de capitulação ou falta de visão revolucionária. Ao invés de simplesmente utilizar a forma social dessa fragmentação, tal como ela se apresenta, para confirmar a necessidade de cada fração das lutas de se manterem isoladas, o SPT passou a defender que há algo que se expressa nessa fragmentação que pode ser a base de uma nova perspectiva comunista. Mas não só: para além da recusa, o coletivo desenvolveu uma forma política de começar a transitar por esses fragmentos – de realizar “negações sociais” – através da criação de um método de pesquisa coletivo que permitisse transformar a diversidade das lutas em motivação para uma reinvenção teórica e, inversamente, uma metodologia de pesquisa que facilitasse a convivência de militantes e intelectuais atravessados por essa heterogeneidade social.

Se, por um lado, o ECO pôde iniciar suas atividades já se apoiando nesse acúmulo e no direcionamento que ele sugeria, por outro, demorou, justamente por essa

mesma razão, a confrontar os desafios advindos de sua própria realidade material. De fato, muito do que condicionava materialmente esse ciclo de reuniões e atividades que mencionamos anteriormente não estava claro para nós nesse início. Tínhamos uma tática – manter reuniões regulares, custe o que custar – uma aposta experimental – a possibilidade de que, ao promover a teoria do SPT, poderíamos produzir novas misturas entre militantes e organizações políticas, tal qual o próprio Subconjunto havia começado a fazer – e o que fazia diferença para nós era, essencialmente, a concatenação entre as diferentes reuniões que realizamos – seminários, enquetes, elaborações. Esse arranjo simples permitia uma primeira tentativa de avançar e promover articulações políticas, mas a forma original do ECO era pouco porosa ao que se passava com nossa composição – quem construía o espaço e de que forma concreta – com nossa capacidade de interação – pois nos preocupávamos em restringir nossa atuação a esse modelo formulado previamente – e a dimensão da percepção – já que muito pouco do ambiente social do centro do Rio ou do ambiente político carioca fazia diferença para nosso trabalho naquele momento.

Dezembro a Fevereiro, 2024

Organizados dessa forma, fomos capazes de realizar três enquetes iniciais, em rápida sucessão. Conversamos com um coletivo autonomista, que havia suspenso suas atividades há algum tempo, com uma corrente marxista que disputava um partido trabalhista mais conservador e com militantes de diferentes núcleos do partido de centro-esquerda governista. A escolha dos grupos iniciais que convidamos foi definida, em grande parte, pelo acesso que tínhamos a militantes dessas organizações, o que garantia algum grau de confiança e tolerância dos convidados ao tipo de atividade que estávamos propondo. Ao mesmo tempo, nossa avaliação das tensões que poderiam surgir por conta de suas diferentes orientações políticas era, na época, de que isso expressava o esforço do ECO de lidar com as contradições internas às esquerdas no Brasil. Não consideramos, então naquele momento que, ao conectar mesmo que pontualmente essas organizações através da nossa agenda de enquetes,

estávamos também costurando o próprio ECO nesse tecido de relações – um efeito que, posteriormente, descobrimos ser algo importante de levar em conta, pois outros grupos passaram a questionar se, por termos escutado militantes de orientações políticas das quais discordam radicalmente, não estaríamos por isso tomando o lado e as posições dessas organizações.

As três primeiras enquetes seguiram o formato das investigações pontuais que descrevemos no capítulo anterior. Marcamos reuniões com militantes dessas diferentes organizações e inventamos um procedimento para nos ajudar a encaminhar as conversas de modo que não ficassem restritas apenas às representações que os indivíduos fazem das lutas em que estão inseridos. Nosso método consistia em algumas indicações simples:

- (1) Nunca convidar apenas uma pessoa para conversar, pois a presença de múltiplos relatos de uma mesma organização já ajuda a separar o que é do campo das impressões pessoais.
- (2) Evitar convidar lideranças, figuras públicas ou militantes acostumados a apresentar suas organizações, pois isso aumenta a chance de os convidados pensarem junto conosco sobre suas lutas.
- (3) Convidar militantes que participam de uma enquete para participar da entrevista com outra organização, pois isso ajuda a evitar que as entrevistas apenas reproduzam as perspectivas dos grupos envolvidos.
- (4) Convidar uma organização que participou de uma enquete para uma segunda enquete de retorno, pois isso também contribui para entender o percurso da organização para além da experiência individual dos militantes.

Vale notar que apenas uma das organizações convidadas – o coletivo autonomista, envolvido na luta de trabalhadores terceirizados – teve militantes que participaram das enquetes de outras organizações, sendo também a única organização, naquele momento, a retornar para uma segunda enquete. Isso se deu, pelo menos em parte, porque um dos coordenadores do ECO faz parte desse coletivo – e porque, acreditamos, essa foi a única das três enquetes onde a investigação teve a forma de uma troca política efetiva.

Considerando retrospectivamente, o método inicial de entrevistas que usamos era excessivamente esquemático, e preocupado demais com garantir a produção de uma investigação de interesse exclusivo do próprio ECO, na medida que nos permitia conectar as entrevistas aos temas dos seminários e às discussões das reuniões de elaboração coletiva. Praticamente nada, nesse processo, era pensado a partir dos interesses e necessidades das organizações convidadas – isto é, não entendíamos ainda que as investigações são, essencialmente, uma forma de conexão e sua capacidade de produzir conhecimento e intuições novas é, na verdade, uma consequência disso. A única exceção foi realmente a enquete com o coletivo autonomista: na época em que fizemos o convite, o grupo não estava mais atuando e a oportunidade de organizarmos um reencontro e elaborar um pouco da sua história junto com outras pessoas interessadas acabaram sendo útil para a própria organização, que decidiu retomar suas atividades alguns meses depois.

Ainda assim, as enquetes contribuíram significativamente para os avanços do ECO. Primeiramente, porque serviram de estofo para as discussões coletivas que fizemos, demonstrando que a teoria elaborada pelo SPT realmente nos permitia abordar a realidade dessas lutas de uma forma distintas, reconhecendo suas diferenças e limites sem, por isso, precisar eleger uma organização como a representante o ponto de vista político “real”, e as demais como processos orientados por falsas premissas. Isto é, começava a se tornar possível navegar entre essas diferentes perspectivas militantes, compreendendo de que maneira eram afetadas por diferentes composições sociais e políticas.

Em segundo lugar, percebemos também que a construção de um espaço coletivo onde era possível a partilha de diferentes experiências políticas possuía, em si, um valor muito grande para quem estava ali. Tanto os seminários quanto as reuniões de elaboração coletiva começaram a girar em torno não apenas das enquetes, mas da experiência militante das pessoas que participavam regularmente dos encontros do ECO. Esse espaço de trocas passou a servir tanto para identificar outros traços invisíveis da realidade material das lutas – problemas que se repetiam, formas de

sofrimento na militância, fracassos que demandavam novas ideias para serem elaborados etc – como também se tornou uma fonte importante de questionamentos sobre a atuação do próprio ECO.

Março a Agosto, 2024

O que estava acontecendo, sem que os organizadores do ECO percebessem, era que a realidade material da própria organização – com seus conflitos e possibilidades inexploradas – começava a afetar o espaço, demandando uma reformulação profunda. Nos primeiros meses de atividade, o coletivo se organizava com o intuito de garantir a realização de suas reuniões regulares, promovendo encontros adicionais da coordenação para combinar a divisão de trabalho necessária para que isso acontecesse. Essa forma de organização condicionava o tipo de interação que o ECO era capaz de produzir, tanto com as lutas quanto com as pessoas que frequentavam o espaço, e o modo como o coletivo percebia o seu ambiente. Por exemplo, nos preocupávamos com convidar militantes, mas não considerávamos como as organizações entendiam esse convite – pois não havia nenhum horizonte de atuação concreta junto a elas – e não entendíamos os participantes das reuniões regulares como membros do coletivo – pois eles não tinham acesso a nenhum fórum de deliberação ou avaliação estratégica do ECO: para nós, eram o “público” das reuniões.

Mas a realidade material de nossa organização começou a se fazer presente rapidamente. O primeiro conflito que começou a surgir da materialidade desse processo dizia respeito às dificuldades que a manutenção da prática do coletivo colocava para os organizadores. Garantir a realização de reuniões semanais, em um local de fácil acesso, se tornava extremamente trabalhoso, criando uma tensão cada vez maior para os coordenadores do espaço, que assumiam a responsabilidade pelas diversas tarefas necessárias para à continuidade das atividades.

A tensão entre sobrevivência e vida política já havia se manifestado, na verdade, desde o começo da atuação do ECO – razão pela qual o coletivo havia sido sensível, desde o começo, à necessidade de colaborar com os custos de transporte dos militantes convidados, por exemplo. No entanto, foi em torno de Março de 2024 que o ECO resolveu responder de maneira mais estrutural a esse problema, criando uma parceria com um instituto de pesquisa: em troca de algum recurso financeiro – que nos ajudaria com o aluguel do espaço, custos de transporte e alimentação nas reuniões, e uma pequena ajuda de custo para os coordenadores – o coletivo passou a realizar encontros mensais, separados de sua atividade regular, como lançamentos de livro e apresentações do trabalho de pesquisadores do instituto. Esse acordo certamente só foi possível, nos termos em que foi feito, porque um membro da coordenação trabalhava nessa instituição, de modo que essa parceria não gerou constrangimentos adicionais para nossa organização. O acordo, nesse sentido, estabelecia espécie de “cerca” – colocava uma atividade mensal do ECO sob controle de outra organização – para que fosse possível evitar a intensificação do regime de trabalho dos coordenadores – isto é, uma cerca que nos permitia, ao mesmo tempo, evitar a expansão das “margens” do dinheiro e do trabalho sobre o tempo da militância, determinando o que podíamos ou não fazer coletivamente.

Se a tensão material entre o mundo do trabalho e a militância trouxe à baila um novo problema para a organização – que respondeu a ele, a princípio, sem muita inventividade, e de forma provisória – uma outra tensão que surgiu nessa mesma época recebeu um tratamento mais marcante. Como já mencionamos, a importância das trocas entre os participantes assíduos do espaço, cada vez mais centrais na avaliação do que fazíamos ali, foi colocando em questão essa percepção inicial de que haveria um pequeno grupo de coordenadores preocupados com a disseminação de uma ideia política elaborada pelo SPT e, a parte disso, um público interessado em debater teoria à luz das enquetes.

Em contraste com essa concepção, começava a se formar no ECO uma pequena comunidade política autônoma, lastreada pela confiança de que era possível

partilharmos experiências militantes e aprender com elas. Cabia à organização, naquele momento, descobrir como dar lugar a essa novidade, mesmo que isso significasse repensar o conteúdo político e a estratégia que nos orientava até ali. Em termos organizacionais, ficava cada vez mais claro que poderíamos nos valer de uma “fronteira” – um limite comum, partilhado por ambos os lados da divisa – para superar a cerca assimétrica e desnecessária que separava os militantes ativos do grupo de um suposto público passivo. Com base nisso, adicionamos uma nova reunião regular ao calendário da organização, dedicada a avaliar nossas atividades e planejar próximos passos junto com todos os participantes do grupo – eram as primeiras sementes do ECO como um verdadeiro coletivo.

Essas duas transformações precisam ser pensadas conjuntamente. A parceria institucional havia permitido aliviar a tensão entre trabalho e militância para os coordenadores, que conseguiam assim dedicar mais tempo às tarefas necessárias para manutenção das reuniões, garantindo a existência desse espaço coletivo, cada vez mais apropriado e construído pelos seus participantes. Além disso : como a composição política do ECO já contemplava essas intervenções sobre a vida econômica, o grupo também estava ciente da necessidade de incluir essa dimensão nas elaborações coletivas – o que, por sua vez, condicionava o tipo de discussões que o coletivo era capaz de ter e as ideias que conseguia formular. Dessa maneira, a comunidade que se formava ali partilhava não apenas relatos sobre as dificuldades de interação entre organizações e seus inimigos, mas também experiências sobre os obstáculos que a reprodução da vida coloca para quem se engaja politicamente – um tipo raro de elaboração coletiva, mas crucial para compreendermos como nossas lutas estão enraizadas concretamente no mundo social.

Se, por esse ângulo, as duas mudanças se reforçavam positivamente, por outro, criavam também um novo contraste. Afinal, ao mesmo tempo em que o ECO passava a se reconhecer como um coletivo ampliado maior, composto não apenas pela coordenação inicial, mas por outras pessoas interessadas em construir aquela organização, por outro, produzia-se uma nova diferença interna ao grupo – entre

aqueles que recebiam uma ajuda financeira em troca de cuidar das tarefas mais “invisíveis” do coletivo, e o grupo maior que pensava conjuntamente a dimensão política do ECO. Essa divisão na composição organizacional era tematizada e reconhecida, mas ainda assim produzia também novos efeitos sobre a capacidade do grupo de intervir e perceber o mundo social e político à sua volta.

Em termos políticos, no entanto, nenhuma dessas transformações foi tão marcante e consequente quanto a que se iniciou com as duas enquetes subsequentes que o coletivo realizou. Ainda no começo de 2024, os coordenadores do ECO começaram a se reunir com um militante ligado a uma cozinha solidária localizada perto da sede do nosso coletivo. Essa cozinha, que faz parte de um grande movimento social, é uma das dezenas de iniciativas semelhantes espalhados pelo país. Diferente do que ocorreu com as três primeiras investigações pontuais – quando partimos de contatos pessoais que tínhamos com militantes – nesse caso não havia nenhum vínculo prévio estabelecido entre nós e a justificativa original para o contato foi a possibilidade de ajudarmos o militante a expor publicamente uma situação de exploração com entregadores de aplicativo, setor no qual ele também trabalhou por um tempo. Pela primeira vez se tornava explícita a necessidade de pensar a investigação como uma troca política – mas o que se desenhou inicialmente como uma troca entre um apoio com a denúncia e uma entrevista do militante para o ECO logo mudou de caráter. E aqui, o funcionamento da cozinha solidária teve uma influência crucial. Por diferentes razões, as cozinhas solidárias são compostas tanto por cozinheiras e outros militantes do movimento quanto por voluntários, o que significa que já existe uma prática corrente ali de receber visitas e envolver terceiros nos trabalhos diários da organização e produção das quentinhas. Assim, em vez da troca que propusemos, nosso contato nos sugeriu que visitássemos a cozinha e participássemos das tarefas diárias antes da realização da enquete.

Àquela altura, havíamos começado a revisar em nossas reuniões o papel das enquetes e o convite para frequentarmos a cozinha foi, portanto, muito bem recebido, servindo de base para esse processo de reformulação. Formamos um

grupo rotativo que compunha, uma vez por semana, do mutirão de reforma da cozinha e ajudava também com a confecção das quentinhas – e mantivemos essa prática por alguns meses, mesmo depois da realização da entrevista com os militantes do movimento. Tratou-se não apenas nossa primeira “investigação processual” – como chamamos hoje esse tipo de articulação mais duradoura, submetida ao modo de luta de outra organização – como também um exemplo que nos permitiu começar a compreender melhor os limites das entrevistas que realizamos até então.

Além da atuação junto à cozinha solidária, organizamos nesse mesmo período uma segunda enquete com o coletivo autonomista com o qual havíamos iniciado nossas atividades. Ao longo dos últimos meses, as relações entre o ECO e esse coletivo haviam se estreitado – inclusive, outros participantes do nosso grupo passaram a integrar essa organização permanentemente. O coletivo havia retomado suas atividades desde o começo do ano, atuando junto a trabalhadores terceirizados de diferentes universidades públicas e coletando suas denúncias em um site e um jornal, distribuído nesses mesmos espaços de trabalho.

Após alguns meses de trabalho conjunto, recebemos então alguns militantes do coletivo para uma conversa, o que também teve um papel crucial nesse processo de reformulação das investigações. Se o engajamento com a cozinha solidária e com os militantes autonomistas nos ensinou o valor da investigação processual – sua capacidade de trazer à tona outros aspectos das organizações, na mesma medida em que permite articulações concretas, baseadas na partilha de trabalho e desafios em comum – o contraste entre essas duas experiências também foi muito produtivo para indicar um possível limite desse tipo de investigação.

O processo de luta junto aos autonomistas resultou em uma conversa extremamente produtiva, onde ideias elaboradas no SPT e no ECO puderam contribuir para a análise de dilemas organizacionais e de desafios estratégicos do coletivo sem implicar em uma submissão do grupo a formulações externas à sua prática. As condições para que isso fosse possível eram bastante específicas:

afinal, havia militantes do ECO compondo o coletivo e havia também uma afinidade entre os grupos por conta do interesse partilhado no uso da enquete operária como instrumento político. A convivência continuada, a articulação no campo da composição e a partilha de tecnologias políticas – tudo contribuiu para que fosse possível uma discussão detalhada dos caminhos e descaminhos da luta com os trabalhadores terceirizados. A investigação processual junto às cozinheiras e militantes, no entanto, culminou em uma entrevista muito diferente: percebemos que muito do que estávamos aprendendo no trabalho semanal com eles não aparecia no que diziam para nós durante a entrevista e o modo que formulávamos de volta as lições e ideias que surgiram daquela prática também não era reconhecível para os próprios militantes do movimento. A sensação de que estávamos “vendo de fora” o que se passava na cozinha não apenas persistiu, como se intensificou.

O contraste entre as duas investigações nos fez perceber que havia uma diferença entre simplesmente assumir tarefas de outra organização e efetivamente aprender a ver a realidade social a partir de sua perspectiva política. O lado produtivo de ambas as enquetes nos levou a diferenciar entre investigações “pontuais” – as entrevistas – e “processuais” – baseadas na convivência e no trabalho coletivo – enquanto o contraste entre elas nos ajudou a distinguir o que seria o âmbito da investigação “composicional” – onde o trabalho coletivo cria situações e objetivos comuns que servem de base para uma perspectiva comum entre as organizações que se articulam. Esse componente esteve presente no caso do coletivo, mas não com as cozinheiras e militantes do movimento social.

Apesar dessa diferença qualitativa nas formas de articulação que estávamos construindo, foi muito marcante para o ECO ter sido capaz de facilitar, pela primeira vez, uma troca entre outras organizações. Na ocasião de um protesto contra um empresário que ameaçava demitir trabalhadores do “bandejão” universitário, a cozinha se ofereceu para enviar quentinhas para os trabalhadores, estudantes e militantes reunidos pelo coletivo autonomista. Uma troca pontual, sem necessidade de nenhum alinhamento ideológico prévio, mas que permitiu que a ação ocorresse

estrategicamente no horário de almoço – além de viabilizar uma troca política que nunca ocorreria espontaneamente, dada as diferenças de orientação e composição das duas organizações.

Setembro a Dezembro, 2024

Apesar de termos aprendido muito com o processo junto à cozinha solidária – que continuou após a entrevista mal-sucedida – e com a enquete de retorno com o coletivo autonomista, a articulação que realmente consolidou a ideia de um terceiro tipo de investigação foi a que empreendemos junto a uma outra organização política. Desde Junho, o ECO estava se aproximando de um movimento político muito antigo, de atuação nacional, que se organiza principalmente nas periferias de metrópoles e em pequenas cidades, buscando construir redes de cooperação e auto-organização que eles chamam de “comunidades populares”. Havia algum contato prévio com alguns militantes do movimento, mas sabíamos que, por conta da orientação radical e silenciosa da organização, uma investigação pontual não seria possível ou mesmo interessante. No entanto, o movimento havia começado recentemente a construir uma comunidade no centro da cidade e isso tornava viável uma aproximação mais continuada, nos moldes das investigações processuais que já estávamos realizando.

Começamos a frequentar atividades do movimento – tanto na comunidade do centro quanto em reuniões de âmbito estadual e nacional – sempre seguindo o princípio de nos submeter ao modo de organização da luta com a qual nos articulávamos. Nesse caso, porém, o processo se deu de forma diferente, pois o novo grupo que o movimento estava formando, no centro da cidade, passava por dificuldades específicos. Se tratava de um experimento novo para essa organização: a maior parte de suas comunidades tinham um fundamento muito forte nos locais de moradia, que facilitam a criação de vínculos de confiança e trabalho coletivo – o que não acontece da mesma forma em uma área caótica no centro urbano de uma metrópole. Por conta disso, nossa atuação junto ao movimento e a essa nova comunidade foi ganhando um aspecto diferente:

deixamos de apenas oferecer apoio militante e passamos também a contribuir para que o próprio movimento refletisse sobre sua atuação nessas novas condições.

É muito importante mencionar que um princípio férreo dessa organização é o protagonismo popular – sua composição social é quase exclusivamente de trabalhadores e trabalhadoras precarizadas e seu princípio de auto-organização coloca a base do movimento em uma posição central em todo processo decisório e de construção coletiva. Nesse sentido, a composição política do ECO talvez tenha ajudado a encontrarmos uma forma de atuação que respeitava a forma e estratégia dessa organização política. Como vimos, o ECO sustentava, naquele momento, uma divisão interna, entre uma coordenação que realizava as tarefas necessárias para a continuação do espaço – agenda, divulgação, trato com proprietário da nossa sede, contato prático com outras organizações etc – e o coletivo recém-formado, que se engajava nas enquetes, deliberações estratégicas e avaliação conjunta das nossas ações. Isso significava que já havia, entre nós, uma compreensão do valor político do trabalho necessário para a reprodução de um espaço coletivo – e foi por essa mesma via que consolidamos nossa articulação com a comunidade do centro, assumindo tarefas organizativas das reuniões e facilitando que os participantes desse grupo pudessem ganhar tempo para se apropriar cada vez mais do movimento, de seu método e do coletivo que se formava ali.

A atuação junto a esse movimento consolidou uma série de novidades práticas e teóricas para o ECO. Contribuiu, sobretudo, a entender a diferença entre a investigação processual e a investigação compositiva, pois não se tratava apenas de colaborar em tarefas específicas, mas de enfrentar conjuntamente desafios ainda sem solução – impasses comuns, capazes de orientar criativamente a nossa troca política. O processo de investigação junto a esse movimento foi, inclusive, o primeiro que não incluiu, em nenhum momento, uma enquete pontual – nenhuma entrevista ou conversa formal com militantes, convocada pelo ECO – sendo realizada através de uma série de articulações de diferentes tipos: experimentos

conjuntos, tecnologias políticas compartilhadas, enquetes populares de interesse de ambas as organizações etc.

Em paralelo ao processo junto a esse movimento, o ECO também começava a construir uma relação com uma rede de articulações políticas centrada na luta territorial. Diferente do movimento que mencionamos acima, essa rede de articulação já concebia sua tarefa política em termos de uma costura entre lutas extremamente diversas – abrangendo organizações periféricas no contexto urbano, quilombos, assentamentos e territórios indígenas. Esse tipo de atuação, envolvendo grupos e lutas tão diferentes entre si, já era acompanhado também de uma visão singular sobre como combinar diferentes tradições políticas em um processo de composição revolucionária. Interessados em aprender um pouco com a experiência deles, convidamos inicialmente alguns militantes que atuavam na Bahia para uma conversa no Rio de Janeiro sobre suas perspectivas políticas e, dessas conversas e convivência, começou a emergir um tipo diferente de interação entre as organizações.

Uma novidade crucial, nesse momento, foi o papel do ECO na aproximação entre essa rede e o movimento popular com o qual já estávamos articulados. Nas conversas com os militantes baianos, compreendemos um pouco sobre os desafios do processo no qual estavam envolvidos e, do ponto de vista desses impasses, uma troca com o movimento popular começou a se tornar uma possibilidade interessante. Em termos estratégicos, ambas as organizações consideravam fundamental o estabelecimento de novos vínculos entre as periferias das grandes cidades e os territórios autônomos no campo, e ambas pensavam esses vínculos em termos de trocas materiais, de trabalho coletivo e escoamento de produção. Já havia, inclusive, aproximações entre essas organizações no passado, mas sem continuidade. Nos incumbimos, então, de levar essa proposta para o movimento e auxiliar na realização de uma atividade que possibilitasse a um novo estreitamento dos laços – o que ocorreu alguns meses depois, na Bahia. De dezembro até hoje, continuamos dando suporte para essa articulação, que se desdobrou em outras atividades ao longo desse período.

Ao mesmo tempo, passamos a frequentar o território de um dos militantes que nos visitou no Rio de Janeiro, um assentamento no Sul da Bahia, bem como algumas atividades nacionais da rede de territórios. Esse esforço de convivência interestadual nos levou também a uma reorganização interna do ECO, pois demandava uma nova lida com os recursos financeiros que tínhamos disponíveis – agora mobilizados na realização das investigações – e um grau ainda maior de envolvimento dos membros do coletivo. Foi a primeira vez que o processo de investigação composicional – isto é, centrado em problemas comuns – levou o nosso grupo a atravessar por transformações internas importantes.

Tanto o processo que iniciamos junto ao movimento popular quanto com a rede de articulação territorial tiveram ainda um outro impacto crucial no ECO, pois ambas as organizações já pensavam com muita profundidade – balizadas por muita experiência acumulada – elementos que nós estávamos apenas começando a tatear a respeito das tarefas comunistas contemporâneas. Com uma trajetória de mais de cinquenta anos de aposta no papel da pesquisa militante e na “linha de massas” maoísta como formas de manter a luta alinhada ao ritmo e interesses do povo, o movimento popular nos ajudou a revisar e esclarecer o que está realmente em jogo nas investigações e seu papel de enraizamento político na realidade material. Por sua vez, os desafios enfrentados pela rede de articulação não só transformaram nossa compreensão do papel da luta territorial hoje, como também enriqueceram muito nossa visão sobre como a construção política calcada na interdependência material para conectar lutas que se pensam de maneiras extremamente diferentes entre si.

Essas duas experiências se tornaram, assim, os primeiros casos de investigações “formativas” no ECO, nos quais nossa atuação conjunta não era apenas centrada em interesses comuns pontuais, mas também ajudava a formar uma perspectiva comunista partilhada, uma vez que as dimensões da investigação, da articulação e da construção revolucionária já eram parte do pensamento político de todas as organizações envolvidas.

Janeiro a Junho, 2025

Após um pouco mais de um ano, o ECO já não se parecia muito com a organização original. Iniciamos nossas atividades, em Novembro de 2023, utilizando um modelo cíclico de três tipos de reunião, coordenado por um grupo de três ou quatro pessoas, e com o objetivo primário de divulgar o arcabouço teórico elaborado pelo SPT para um público diverso e, secundário, de promover contatos indiretos entre outras organizações políticas. Porém, à medida que as investigações foram ganhando corpo e se desdobrando em articulações efetivamente construtivas, já não fazia mais sentido definir nossa agenda de trabalho dessa maneira.

Uma primeira mudança importante foi a proposta de criar uma nova célula do coletivo em São Paulo, bem como estimular a criação de outras mais. Desde a metade do ano anterior, quando começamos a nos articular com movimentos e lutas de alcance nacional, nosso campo de atuação já começara a se expandir para além do Rio de Janeiro, o que justificava uma presença constante em outras cidades – motivada também pelo interesse que outras pessoas passaram a demonstrar no coletivo. Para acompanhar esse processo – e facilitar a articulação com novas organizações – decidimos também escrever um texto que condensaria a história do ECO e explicitasse o método de trabalho que baliza nossa organização. Esse texto – inicialmente um documento de 30 páginas! – se tornou a primeira versão deste livro.

Ao longo do primeiro semestre de 2025, o grupo paulista do ECO passou a se reunir regularmente buscando estabelecer novas conexões militantes e avançar nos contatos mais estabelecidos que já tínhamos. No Rio de Janeiro, substituímos as reuniões no formato de “seminário” pela leitura e debate do manuscrito do livro, debatendo cada capítulo coletivamente, ao mesmo tempo em que aprofundávamos os vínculos construídos até então.

A necessidade de nos reorganizarmos para melhor acompanhar as investigações em que nos envolvemos – processo que se iniciou no segundo semestre de 2024 – levou a uma série de transformações na estrutura interna do ECO. Criamos um fórum nacional para decisões estratégicas que envolvessem a atuação interestadual do coletivo, refizemos nossa relação com o instituto de pesquisa que apoiava o grupo do Rio, tanto para garantir a autonomia da nossa organização quanto para ampliar o envolvimento de todos os membros do ECO nessa parceria, uma vez que ela implicava o repasse de recursos e, portanto, a reprodução material do coletivo e seus participantes. A divisão que havia se estabelecido entre a coordenação carioca e os demais membros do grupo – por conta do apoio financeiro e da existência de um espaço separado da coordenação – começou a ser repensada, levando à criação de novas estruturas internas também.

Por fim, a relação do ECO com o SPT – que continuou ativo por todo esse tempo – também passou por uma reviravolta significativa. Ao longo de nossa trajetória, foi se consolidando uma demanda cada vez maior – tanto por parte dos membros do coletivo quanto de outras pessoas interessadas – por um espaço mais dedicado à pesquisa, e que também pudesse ajudar a esclarecer detalhes da teoria que elaboramos no Subconjunto e posteriormente no próprio ECO. Surgiu, então, a proposta de que tal demanda fosse endereçada ao próprio SPT, que já funcionava como um espaço de investigação teórica, e que poderia assumir a tarefa adicional de mediar a aproximação de pessoas interessadas em nossa perspectiva teórica, bem como daquelas interessadas em criar novas células do coletivo – no Brasil ou em qualquer outro lugar – e que poderiam iniciar esse percurso em interlocução com o grupo de pesquisa. O Espaço Comum de Organizações, que havia surgido como um pequeno experimento do SPT, agora se tornava a organização geral, da qual o SPT era um importante “subconjunto”. A aprovação unânime dessa transformação levou o SPT a adotar a denominação para “Espaço Comum de Prática Teórica”, para melhor integrar o ECO.

Neste breve resumo de nossas atividades, enfatizamos alguns momentos chave que influenciaram profundamente nas mudanças e elaborações que o coletivo

passou. Mas é importante notar que praticamente nenhuma das investigações que realizamos – com a exceção, talvez, de duas das três primeiras “investigações pontuais” – efetivamente acabaram. No entanto, muitas delas tiveram longos desdobramentos e compõem hoje uma ecologia de articulações de diferentes graus de envolvimento que continuamos a construir. Deixamos de fora desse resumo também outras trocas políticas e processos que ainda estão em curso, por conta da necessidade de sermos concisos nesse relato.

Investigando o Espaço Comum de Organizações

Mas o que é o Espaço Comum de Organizações quando percebido desde outras lutas? Essa não é uma pergunta retórica ou inocente. Se nossa teoria organizacional estiver correta, então temos muito a aprender ao considerar a interação entre o ECO e outros grupos políticos a partir de suas diferentes perspectivas.

Muitas das pessoas que passaram pelo nosso coletivo, seja individual ou coletivamente, participando de uma ou outra reunião isolada ou lendo algum material escrito, concluíram que o ECO era um espaço de pesquisa ou debate teórico. De fato, nossas reuniões abertas raramente resultam em deliberações de ações políticas, uma vez que atuamos principalmente a partir das atividades de outras organizações, e muitas vezes incluem discussões bastante abstratas – como durante o processo de revisão coletiva deste livro.

Essa visão se assemelha, em parte, à impressão inicial que causamos no movimento social responsável pela cozinha solidária. Em nossas primeiras trocas, éramos frequentemente tratados como acadêmicos, interessados em conhecer aquela luta para fins de pesquisa e teorização. O interesse distanciado, a ausência de uma postura voltada ao recrutamento pela organização, a vontade de conversar e conhecer as experiências dos militantes – tudo isso contribui certamente para essa impressão. É verdade que a constância do trabalho conjunto na cozinha, bem como alguns processos de articulação posteriores que ajudamos a construir,

eventualmente alteraram essa percepção, mas ela não deixa de ser relevante pois é uma maneira comum e compreensível de como o ECO é percebido por algumas lutas – principalmente aquelas que já se acostumaram a ser objeto de mestrados e doutorados.

Do ponto de vista do movimento popular com o qual trabalhamos, essa percepção de que seríamos observadores acadêmicos não se sustentou, e nossos objetivos políticos foram levados muito mais a sério – certamente por conta das experiências prévias desse movimento com outros grupos comunistas. Por outro lado, a composição social do ECO – em sua maioria professores, estudantes, profissionais da saúde e profissionais liberais – nos situou no campo de “apoiadores” da luta revolucionária, isto é, como um coletivo cuja influência precisa ser cuidadosamente mediada para não atravessar processos de autodeterminação popular. Aqui, até mais do que nas trocas com a cozinha solidária, o fator decisivo foi o trabalho concreto – e mais que isso, a capacidade de demonstrar na prática a disposição do nosso coletivo de respeitar e seguir o que a base do movimento decidia como orientação.

É interessante contrastar essa perspectiva com aquela de um fórum de lutas autonomistas com os quais tivemos algumas trocas. Aqui, a percepção que passamos – talvez por contraste com o modo “difuso” que esse fórum se organiza – foi a de que seríamos uma espécie de um pequeno partido político dogmático, interessado em conciliar e gerir todas as lutas através de uma teoria mirabolante. É útil comparar essas duas visões do ECO, pois o movimento popular também se preocupou com a possibilidade de que um coletivo, externo às suas bases, desrespeitasse e deformasse suas formas de luta. No entanto, do seu ponto de vista, a preocupação vinha da composição socioeconômica do nosso grupo – que poderia levar a um desnível silencioso de poder – e não de uma má-fé ou duplicidade política, enquanto o fórum de lutas – de composição social muito mais parecida com a nossa – interpretou nosso interesse em uma construção comum como um “entrismo” político velado.

Ainda mais interessante, talvez, é a maneira como aparecemos para a rede de lutas territoriais. O ECO se reúne em grandes cidades, é composto quase exclusivamente por trabalhadores assalariados. E é um grupo de maioria branca. O contraste com a realidade das lutas dos povos originários, quilombolas e camponeses não poderia ser maior, o que torna o ECO quase indistinguível, à primeira vista, de um grupo de turistas estrangeiros cuja presença é custosa para seus anfitriões. Mencionamos esse contraste não pelo caráter supostamente depreciativo, mas porque é impossível descobrir o lugar de uma organização junto a outra sem considerar aquilo que faz ou não faz diferença nessa interação. E, se por um lado, essa indistinção entre o ECO e outros grupos de brancos da cidade pode fechar algumas portas, ou pelo menos tornar muito delicada a construção de vínculos por outro é um traço que pode servir de “camuflagem” quando articulações precisam soar mais inofensivas e superficiais do que parecem.

É evidente que esse rápido caleidoscópio é composto apenas de indícios que coletamos ao longo desse percurso – e podemos aprender muito pouco sobre essas diferentes percepções do ECO sem considerar as formas de interação e de composição de cada uma das lutas com as quais nos envolvemos. Ainda assim, mesmo à título de caricatura é importante considerar nossa história a partir dessas outras perspectivas, pois não se trata – com poucas exceções – de distorções ou interpretações de má-fé. Decorre diretamente da teoria da prática comunista que uma organização política revela diferentes aspectos da sua estrutura quando em contato com outras formas políticas – assim como também decorre dessa teoria que tais contrastes podem ser a fonte de experimentos, tecnologias e enquetes capazes de transformar nossas formas de luta. É impossível contar a história do ECO sem considerar como nossa organização respondeu a essas diferentes percepções de nós mesmos, que muitas vezes nos ajudaram a revisitar e ampliar nosso horizonte de ação, apontando também pontos-cegos e “caixas pretas” com as quais precisamos aprender a lidar.

Em nossa breve trajetória, o ECO se articulou a organizações e lutas muito mais longevas, mais profundas e intensas do que os conflitos que travamos diretamente

em nosso coletivo. Acontece com frequência de nossa organização se perceber, no espelho promovido por esse contraste, como uma pequena parte – minúscula e acessória – de um enorme campo de batalhas e desafios históricos da luta emancipatória. Mas se esse reflexo súbito, que dá a medida do nosso tamanho, pode talvez até ferir nossa vaidade, por outro lado ele situa nossa pequenez no céu infinito da aventura comunista.